

Banqueiros duvidam da eficiência

Empresários do setor financeiro estão convencidos de que a situação econômica do País é muito grave, reconhecem a necessidade de medidas de grande profundidade para corrigir as distorções e não sabem se o "pacote" anunciado para esta semana será suficiente para equacionar os problemas. De modo geral, esse foi o único consenso que surgiu ontem, durante almoço promovido pela Adeval — Associação das Distribuidoras de Valores. A principal dúvida em relação ao "pacote" é a possibilidade de que ocorra ou não mudanças na política de correção monetária.

Em seu pronunciamento, como convidado especial, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Roberto Konder Bornhausen, evitou especular sobre as medidas que estão sendo preparadas em Brasília, mas deu uma definição do que deveria ser o caminho mais indicado para enfrentar a atual crise. E sua descrição não coincide com a maneira como estão sendo preparadas as novas medidas econômicas.

PARTICIPAÇÃO

Bornhausen disse inicialmente que o País atravessa sua maior crise econômica, que não pode ser mais minimizada ou postergada. "O problema central é a desordem financeira na área pública, geradora dos pesados e excessivos déficits". Em seguida, o presidente da Febraban traçou o roteiro que considera mais indicado para a busca de uma solução.

"Diante do quadro que vemos — afirmou Bornhausen — caberia ao governo, uma vez encontrada a solução técnica por ele considerada melhor, trazê-la a público, para discutir com a sociedade... indicando que o preço a ser pago, o seria de maneira equânime. Mais do que isso, de que novos desvios seriam absolutamente impedidos, ou seja, de que a sociedade pagaria o preço mas receberia a mercadoria."

Elaborado sem essa discussão prévia com a sociedade, o pacote dificilmente corresponderá ao consenso dos diversos setores. O presidente da Febraban considera que, se houver coincidência, as medidas terão apoio e poderão ser eficazes. Caso contrário, não terão apoio e serão apenas uma das muitas mudanças realizadas nos últimos meses.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Desenvolvimento e Investimento, Luiz Gonzaga Murat, prevê que "o pacote poderá ser mais um parto da montanha". Ele não acredita que ocorra mudanças na correção monetária e nem significativa redução de gastos públicos. O aspecto mais importante das medidas será o aumento da arrecadação de impostos. Enrique de Campos Meirelles, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing, também não espera mudanças na correção monetária.

"Se houver mudança na correção, será necessário tabelar os juros que os bancos pagam na captação de depósitos a prazo porque, caso contrário, as cadernetas de poupança, que pagam apenas juros de 6% mais correção, ficarão sem condições de competir no mercado", disse o presidente do Banespa, Luiz Carlos Bresser Pereira.

DÉFICIT E JUROS

Ney Castro Alves, presidente da Associação das Distribuidoras de Valores, disse que "as decisões em fase de adoção pelo governo devem merecer o apoio das instituições financeiras, porque atacarão o déficit público e o déficit das estatais, que, cortados nos pontos certos, permitirão retomar a busca do reequilíbrio".